

PATRIMÔNIO PARA TODOS? A UNIVERSALIDADE DE ACESSO NOS MUSEUS FEDERAIS BRASILEIROS

DESIRÉE NOBRE SALASAR¹; FRANCISCA FERREIRA MICHELON³

¹Universidade Federal de Pelotas – dnobre.ufpel@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – fmichelon.ufpel@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Planejar, desenvolver e executar um ambiente para todos é um trabalho complexo e de base interdisciplinar. Trata-se de uma lógica que expõe a contradição da inclusão mediatizada pelo acesso especializado nas diferenças. Como contraponto, em 1997, o arquiteto Ron Mace junto com um grupo de colegas do Centro de Desenho Universal da Universidade da Carolina do Norte apresentou os sete princípios que asseguram um novo fundamento de projeto: Uso equitativo, uso flexível, uso simples e intuitivo, tolerância ao erro, informação de fácil percepção, mínimo esforço físico e dimensionamento de espaços. Qualquer produto oriundo de um projeto fundado nestes sete princípios é dirigido a todos, porque parte da premissa da não exclusividade do produto para determinada categoria de pessoa. Assim, os princípios do Desenho Universal asseveram o novo entendimento da acessibilidade que se coloca como um meio para a inclusão. A aplicação do Desenho Universal é consequência de uma tomada de decisão que privilegia o coletivo sobre o individual. A decisão postula, por princípio, a condição “para todos”. No que tange ao museu, a adoção do conceito pode ser o diferencial em ter a inclusão como práxis e o entendimento de que patrimônio acessível apresenta-se como lugar de inclusão. Assim, com o olhar voltado para os museus, o Desenho Universal prevê que o ambiente, o discurso expositivo e as formas de interação com o público estejam voltados para todas as pessoas, independentemente de suas capacidades/habilidades.

Vigente desde 2009, o Estatuto dos Museus (Lei nº 11.904/09) segue os caminhos das políticas internacionais museológicas, prevendo em seu artigo 35, a preocupação com a inserção de todo e qualquer cidadão: “Os museus caracterizar-se-ão pela acessibilidade universal dos diferentes públicos, na forma de legislação vigente”. O Estatuto aponta, ainda, como princípios fundamentais (artigo 2º) “a valorização da dignidade humana; a promoção da cidadania; a universalidade do acesso, o respeito e a valorização à diversidade cultural”.

Observa-se no texto da legislação que os aspectos relacionados à acessibilidade para pessoas com deficiência encontram-se implícitos em palavras-chave. Entretanto, embora a política museal brasileira tenha sido construída de forma participativa e com os profissionais dos museus, ela torna-se utópica no que tange à acessibilidade cultural para pessoas com deficiência na maioria dos casos, uma vez que, ao utilizar termos como universalidade do acesso, pressupõe-se que os museus buscarão adaptar-se aos princípios do Desenho Universal, pois só assim darão conta de incluir grande parte da população e respeitar a diversidade e pluralidade de um país de dimensões continentais como o Brasil.

2. METODOLOGIA

Para o estudo do tema proposto foi utilizada uma abordagem qualitativa e quantitativa, cujo propósito foi fazer um mapeamento das condições em que as questões ligadas à acessibilidade são colocadas nos museus de nível federal, bem como a aplicabilidade do conceito de universalidade do acesso tanto nos documentos (planos museológicos) quanto na prática do acesso efetivo a estas instituições.

Há vinte e nove museus sob a responsabilidade administrativa do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), dos quais 15 estão no estado do Rio de Janeiro, 6 em Minas Gerais, 3 em Goiás e o restante distribuído em mais seis estados da federação. Todos ocupam edifícios históricos, em sua maioria tombados, e possuem acervos de importância histórica, artística ou documental. Este grupo de museus é apresentado como o corpo da empiria haja vista a origem da administração, a quem compete propor e operacionalizar a política de museus no Brasil. Também são museus que, pela condição do acervo e da sede, demandam muito mais do planejamento de acesso e acessibilidade. Por outro lado, pela importância do acervo e dos temas que os definem, são museus que primeiramente deveriam receber todos os públicos, servindo assim de modelo para as demais instituições do país.

Assim após a realização de uma busca ativa tanto no site do IBRAM, quanto nos sites e redes sociais de cada museu, estes foram categorizados por itens que apontaram para o nível de complexidade de implementação da acessibilidade em cada instituição. Num segundo momento, foram realizadas visitas *in loco* em oito museus, situados nos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, nos quais foi possível a efetiva verificação pretendida. Estes museus foram selecionados de acordo com a organização interna do IBRAM, que os divide em museus de pequeno, médio e grande porte, representando, assim, um total de 20% do total das instituições.

Os museus elencados para esta etapa da pesquisa foram: Museus tipo 1 (unidades gestoras) Museu da Inconfidência, Museu Imperial, Museu Histórico Nacional, Museu da República; Museus tipo 2 (médio porte), Museu de Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio e Museu Regional de Caeté; Museus tipo 3 (pequeno porte) Museu de Arte Sacra de Paraty e Museu do Ouro.

A seguir, apenas para estes museus, foi realizada a triangulação destes dados na comparação entre os documentos oficiais dos museus e os dados coletados *in loco*, possibilitando o entendimento acerca da aplicabilidade da universalização do acesso nos museus federais.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No que tange às barreiras para o uso equitativo nos museus federais, o principal resultado encontrado aponta que 97% dos museus encontram-se em prédios históricos, tombados e alocados em construções que datam do século XVII ao século XX. Este é um importante dado que evidencia a difícil interlocução entre a patrimonialização destes bens e o acesso, pois ao mesmo tempo em que o tombamento salvaguarda e protege, ele dificulta e torna onerosa a implementação das adaptações no ambiente para incluir novos públicos. Ainda neste item, outras barreiras foram encontradas: 86% dos museus não disponibilizam o Plano Museológico em seus canais oficiais e nenhum museu IBRAM faz menção ao programa de acessibilidade em seu site. Como pontos positivos observou-se que 62% dos museus IBRAM estão localizados nos centros

das cidades, 66% possuem sites oficiais no domínio do IBRAM e 62% dos museus IBRAM estão virtualizados.

Após entrevista realizada com os servidores dos oito museus, constatou-se que 62% das entrevistadas estão ligadas ao Setor de Educação dos museus e apontam a singularidade arquitetônica dos museus IBRAM como a principal barreira de acesso. Contrapondo o que fora dito nas entrevistas, acerca da não existência de um Programa de Acessibilidade, dois museus apresentam em seus Planos Museológicos o item de Programa de Acessibilidade, são eles o Museu da Inconfidência e o Museu do Ouro, porém destaca-se que ambos os documentos possuem fragilidades.

Com relação às barreiras arquitetônicas, foram verificados sete itens (fachadas, vagas de estacionamento prioritário, placas de informação dos museus, acesso arquitetônico interno, espaços de descanso, banheiros e elevadores e plataformas de acesso). Apenas o Museu Histórico Nacional se destaca na implementação do princípio de uso flexível aos seus espaços.

O acesso comunicacional, vinculado aos princípios de uso equitativo e informação de fácil percepção, pontuou oito itens (mapa tátil, audioguia, recursos referents à comunidade surda, identificações e sinaléticas em braile, recursos táteis e peças para tocar, textos e painéis da exposição, folhetos, folders, folhas de sala e roteiros e audiodescrição). Novamente o Museu Histórico Nacional apresenta o maior número de recursos em funcionamento, seguido do Museu da Inconfidência que possui muitos recursos, porém todos sem manutenção e desativados.

Foi realizada ainda uma avaliação¹ dos sites institucionais, de modo a verificar o nível de acessibilidade web. onde apenas o site do IBRAM e do Museu do Ouro apresentaram nota superior à 7.0, sendo assim considerados acessíveis.

Com relação a outras formas de acesso, verificou-se que destes oito museus 50% possuem visitas virtuais (MDInc, MImp, MHN e MR), 37,5% têm objetos catalogados na plataforma Tainacan e o MImp desenvolveu uma plataforma própria de catalogação de seus objetos, chamada DAMI.

90% têm episódios no programa televisivo “Conhecendo Museus” que podem ser acessados tanto pelo site do mesmo quanto pelo Youtube®, bem como podem ser vistos na TV Escola e TV Brasil.

4. CONCLUSÕES

Na complexidade da implementação da acessibilidade cultural para atender o acesso universal nos museus vinculados ao IBRAM foi possível compreender alguns aspectos que dificultam o exercício da cidadania cultural.

O principal aspecto a ser destacado diz respeito à diferença encontrada entre os museus tipo I, II e III. Claramente, aqueles que mais dispõem de recursos de tecnologia assistiva e recursos humanos são as unidades gestoras, que, portanto, têm autonomia para gerenciar seus recursos.

Outro dado que foi confirmado nesta pesquisa aponta que não há responsáveis específicos para a área de acessibilidade nos museus do IBRAM, fragilidade esta que evidencia a polivalência dos servidores que, mesmo designados para outras funções, às vezes acabam respondendo por um setor que nem mesmo existe. Comprovou-se o que muitos autores já vêm discutindo, que

¹ Para tal, utilizou-se o avaliador online “Access Monitor”. Disponível em:
<http://accessmonitor.acessibilidade.gov.pt/>

as questões ligadas à acessibilidade e ao acesso universal estão intimamente conectadas aos setores educativos dos museus.

Observou-se que proporcionar a independência para pessoas com deficiências físicas/motoras e/ou mobilidade reduzida, em suas visitas aos museus do IBRAM, é a principal barreira encontrada e que fere, de início, a maioria dos princípios do desenho universal. Entende-se que não se trata de uma indiferença frente aos públicos não usuais, mas sim pelo fato destes museus se encontrarem em ambientes que não foram planejados para serem receptáculos de unidades museais. Entretanto, há inúmeros desafios que ressoam na tensão entre a função social dos museus e a salvaguarda dos bens patrimonializados tombados, pois, em muitos momentos, as duas políticas acabam gerando conflitos por caminharem em direções apostas.

Com os resultados apresentados verificou-se que, em apenas um caso, o princípio do uso flexível já está sendo implementado de forma efetiva. Com uma equipe e gestão comprometidas com a pauta da inclusão e sendo o museu uma unidade gestora, atualmente, os visitantes que forem ao Museu Histórico Nacional conseguem acessar todos os espaços físicos e dispõe de recursos de tecnologia assistiva, garantindo também o uso equitativo e o acesso comunicacional.

Apona-se aqui também a necessidade do aprimoramento dos sites dos museus IBRAM, bem como da própria instituição, de modo que englobe os parâmetros de acessibilidade web, ampliando assim a diversidade de público a ser atingida.

Observou-se que os museus nacionais ainda têm um longo caminho a percorrer, para, de fato, garantirem o acesso universal a seus espaços (físicos e virtuais). No universo estudado, percebeu-se uma movimentação positiva dos museus e a preocupação de suas equipes em garantir que o exercício da cidadania cultural seja efetivado pelas pessoas com deficiência. Porém, para além das equipes que lidam diariamente com a recepção dos visitantes, faz-se necessário sensibilizar os gestores e as instituições que dirigem estes espaços e transversalizar a pauta para todos os setores do museu.

Pontua-se, para concluir, que o Estatuto dos Museus e o Instituto Brasileiro de Museus completaram dez anos em 2019, portanto, embora o IBRAM já tenha lançado algumas ações relacionadas à pauta da acessibilidade cultural, a prática não tem acompanhado a teoria. Antes mesmo de propor a prática da democratização e universalidade do acesso, é imperativo diagnosticar a situação atual dos museus IBRAM e assumir a responsabilidade de ser um ambiente social.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei 11.904**. Estatuto dos museus. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm. Acesso em: 30 set. 2020.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Habitação. Secretaria de Estado de Direitos das Pessoas com Deficiência. **Desenho universal**: habitação de interesse social. Governo do Estado de São Paulo. [São Paulo: s.n. 201-?]. Disponível em: <https://docplayer.com.br/3680274-Desenho-universal-habitacao-de-interesse-social.html>. Acesso em: 11 set. 2020.